

Via Verde do Medicamento entra hoje em vigor

Protocolo que prevê o arranque do sistema na Região será assinado hoje

A partir de hoje, quando um determinado fármaco que estiver prescrito faltar nas farmácias da Região, ao abrigo da Via Verde do Medicamento o doente irá recebê-lo no tempo máximo de 24 horas.

O protocolo que oficializa a entrada em vigor deste novo instrumento, será hoje assinado, pelas 11 horas, no Museu de Electricidade - Casa da Luz, numa cerimónia em que estará presente o presidente do Governo Regional, o secretário regional da Saúde e presidente do INFARMED - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, Maria do Céu Machado, que fará, na ocasião, uma conferência sobre 'Medicamentos e Inovação'.

Ao DIÁRIO, Pedro Ramos, secretário regional da Saúde, explicou que este protocolo é o culminar de um processo que tem juntado os vários parceiros (IASAÚDE, INFARMED, Associação Nacional de Farmácias, Groquifar – Associação de Grossistas de Produtos Químicos e Farmacêuticos, a AFP, a Apifarma) tendo em conta aquilo que já está implementado em Portugal continental desde 2016. E é com bons olhos que o secretário regional vê a implementação deste mecanismo ao nível regional. “Esta é uma forma de protecção da população e dos utentes quando precisam de levantar medicamentos das farmácias e há falta desses medicamentos”. O governante vai mesmo mais longe e adianta que, no decurso de uma reunião mantida em Setembro de ano passado com o INFARMED, as entidades da Região ficaram a saber que, só no mês de Agosto, houve dificuldades em fornecer 9 mil embalagens nas farmácias da comunidade. No país foram 9 milhões”, acrescenta.

Pedro Ramos explica assim que a Via Verde do Medicamento é um instrumento adicional que permite que um medicamento que foi prescrito e validado por receita médica, e não se encontra na farmácia por variadas razões, no âmbito deste protocolo é entregue ao doente entre 12 e 24 horas. O prazo de 12 horas refere-se a medicamentos que existem na Região (outras farmácias ou fornecedores locais) e as 24 horas quando há necessidade de ser enviado do continente.

A Via Verde inclui 54 substâncias, uma listagem que abrange todas as classes de medicamentos, desde os anti-diabéticos aos anti-psicóticos, passando pelo anti-coagulantes, as insulinas e as doenças do foro respiratório e cardíaco.

Porém, refere o secretário regional, há sempre a possibilidade de incluir outras substâncias na lista, se por acaso, na Região, se verificar mais dificuldades noutros tipos de medicamentos. Para tal haverá uma monitorização constante e um balanço semestral que será feito a todo este processo, garante.

“Com esta monitorização [feita pelo IASAÚDE e pelo INFARMED], após os primeiros meses vamos já começar a detectar quais os fármacos que vão entrar através da Via Verde e se há outros fármacos que faltaram e que não estavam na lista do protocolo”, adianta.

O protocolo que será hoje oficializado é assim mais uma concretização na área do medicamento, uma área onde, até há algum tempo, havia um clivagem entre o que era o Serviço Nacional e o Serviço Regional de Saúde. “Faltavam instrumentos de monitorização, de fiscalização, numa área extremamente importante e que de repente está a trazer dificuldades adicionais porque os custos com medicamentos são muito elevados”, diz Pedro Ramos recordando que a Farmácia Hospitalar gasta cerca de 32 milhões de euros por ano e o IASAÚDE, em reembolsos de medicamentos às farmácias hospitalares, gasta 3 milhões por mês, ou seja, 36 milhões por ano. Sendo assim, são cerca de 68 milhões de euros por ano gastos em medicamentos, um valor que justifica a maior atenção ao sector que tem sido dada e que prevê já novos protocolos no futuro.

Outros protocolos em preparação

<p>■ O protocolo hoje oficializado não será o primeiro, nem o último. O secretário regional da Saúde adianta ao DIÁRIO que futuramente existirá outro protocolo que está quase a ser concluído e que prevê a possibilidade de fármacos hospitalares poderem ser levantados nas farmácias da comunidade quando simultaneamente estão presentes em ambos os locais.</p> <p>Outra possibilidade que está já a ser discutida é a Região integrar o Programa de Acesso Precoce a medicamentos, quando os fármacos são distribuídos de forma gratuita nos primeiros seis meses des-</p>	<p>de que haja uma prescrição fundamentada para determinada doença. “A RAM vai ter acesso a esse programa e tal será posteriormente anunciado”.</p> <p>Recorde-se ainda que, recentemente, e fruto de mais uma reunião entre Pedro Ramos, o IASAÚDE e o INFARMED, foi anunciada a criação da Madeira de uma Unidade de Farmacovigilância, que tem como principal objectivo assegurar um melhor controlo das reacções adversas a medicamentos e permitirá a realização de estudos de farmacoepidemiologia e ao nível da segurança do medicamento.</p>
---	--

■ O protocolo hoje oficializado não será o primeiro, nem o último. O secretário regional da Saúde adianta ao DIÁRIO que futuramente existirá outro protocolo que está quase a ser concluído e que prevê a possibilidade de fármacos hospitalares poderem ser levantados nas farmácias da co-

munidade quando simultaneamente estão presentes em ambos os locais. Outra possibilidade que está já a ser discutida é a Região integrar o Programa de Acesso Precoce a medicamentos, quando os fármacos são distribuídos de forma gratuita nos primeiros seis meses des-

de que haja uma prescrição fundamentada para determinada doença. “A RAM vai ter acesso a esse programa e tal será posteriormente anunciado”.

Recorde-se ainda que, recentemente, e fruto de mais uma reunião entre Pedro Ramos, o IASAÚDE e o INFARMED, foi

anunciada a criação da Madeira de uma Unidade de Farmacovigilância, que tem como principal objectivo assegurar um melhor controlo das reacções adversas a medicamentos e permitirá a realização de estudos de farmacoepidemiologia e ao nível da segurança do medicamento.